

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 047

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
23 DE ABRIL DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademir Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs CTL/SEEG/147 a 151/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

096/2002: De autoria dos deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, que estabelece obrigatoriedade de informações, conforme específica, nos rótulos de embalagens de café comercializado no Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.519. **Anote-se - Archive-se.**

110/2002: De autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Alvorada do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.520. **Anote-se - Archive-se.**

502/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.521. **Anote-se - Archive-se.**

641/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao artigo 3º, da Lei nº 11.832, de 12 de setembro de 1997, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.522. **Anote-se - Archive-se.**

548/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que acrescenta alínea "p" ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.523. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº GOV 034/2002, do senhor governador do Estado, encaminhando Balanço Geral das Contas da Administração Direta e Indireta do Estado, relativo ao exercício de 2001, acompanhando Relatório da Execução Física do Orçamento e do Relatório de Controle dos Bens Patrimoniais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 07/2002, do senhor Nelson Teixeira de Freitas Guimarães - Diretor Técnico da Paraná Investimentos S.A., encaminhando Prestação de Contas da empresa, relativo ao exercício encerrado em 31.12.2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 139/2002, do senhor Eugênio L. Stefanolo, diretor-presidente da Ambiental Paraná Florestas S.A., encaminhando documentos das Demonstrações Financeiras e Contábeis, relativo ao exercício findo em dezembro de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 013/2002, do senhor José Menezes Neto - diretor do Departamento de gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social/PR, destinados à manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 010/2002, do senhor José Menezes Neto - diretor do Departamento de gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Paraná, no valor de R\$118.075,00, sendo R\$77.535,00 para o pagamento da Bolsa Criança Cidadã e R\$40.540,00, destinados à manutenção da Jornada Ampliada/Erradicação do Trabalho Infantil, nos meses de outubro, novembro e dezembro/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 009/2002, do senhor José Menezes Neto - diretor do Departamento de gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando transferência de recursos para o Fundo Municipal de assistência Social/PR, referente ao Programa de Agente Jovem. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 055/2002, do senhor Gunther Herbert Hoffman, presidente da Clasper, encaminhando documentos de Prestação de Contas da empresa, relativo ao exercício de 2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei nº 216/2002, de minha autoria, que incentiva o recolhimento de Impostos Estaduais em atraso.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 916

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Pereira, pelo falecimento do senhor João Espírito Santo Pereira, ocorrido no dia 20 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família da senhora Eidi Maria Pereira, através de correspondência a ser encaminhada à Rua André Nadolny, nº 968, Jardim Cruzeiro, Colombo - Paraná, CEP 83.403-300.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Araruna, pela conquista do Projeto Formando Cidadão no

Município e recepção à secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, Fani Lerner.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Renato Toaldo, prefeito municipal; ao vice-prefeito, Pedro Zawadzki, bem como a todos os senhores vereadores que através desta Assembleia Legislativa parabeniza toda a comunidade de Araruna por mais esta realização.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Moreira Sales, pela passagem de seus 42 anos de emancipação política e pelo brilhantismo das festividades.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Hugo Berti, prefeito municipal; à vice-prefeita, Francisca Anália de Oliveira Santos, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, pela passagem do Dia do Contabilista, a ser comemorado no dia 25 de abril.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Nelson Zafra, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Lourenço Pinto, 196 - CEP 80.010-160 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 911

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, o envio de votos de congratulações ao senhor Arnaldo Mikio Tsuruda, proprietário da lanchonete "Arnaldo Lanches", de Londrina.

Requer, outrossim, a expedição de Diploma de Honra ao Mérito ao homenageado, pela maneira empreendedora como administra seus negócios.

No início da década de 90, o senhor Arnaldo estava em dúvida entre sair do país para trabalhar no Japão como dekasegui, ou ficar no Brasil vendendo cachorro-quente. Resolveu apostar na segunda opção. Montou um

carrinho de cachorro-quente, o “Arnaldo’s Lanche”, na calçada do Colégio Estadual Professor Vicente Rijo, em Londrina, onde permaneceu por 11 anos.

Há seis meses inaugurou na mesma cidade, uma lanchonete, que emprega 13 pessoas e possui o mesmo cardápio, que ao longo dos anos conquistou a clientela londrinense: cachorro-quente em duas versões, simples ou com frango desfiado, sempre utilizando produtos de primeira qualidade.

O senhor Arnaldo merece todo o nosso respeito, e admiração, e nos ensina que para tornar-se um empresário de sucesso, é preciso estar sempre à frente dos negócios, colocando em prática seus ideais, sempre procurando atender da melhor maneira possível.

Requer, ainda que seja dado ciência através do seguinte endereço: Av. Bandeirantes, 55 CEP 86010-020 - Londrina -PR.

Sala das Sessões, em 23.04.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 913

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Metrolab - Laboratório de Análises Clínicas, pela passagem do 9º aniversário de sua fundação, que ocorrerá no dia 27 de abril do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à doutora Carla Simone Felipe, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Leal Fontoura, nº 368, Centro- CEP 83.414-190 - Colombo-PR.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.04.2002

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 918

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a José Carlos Gomes de Carvalho, pelo título do jornal Indústria e Comércio, de “O homem do Ano do Paraná - 2001”.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senhor José Carlos Gomes de Carvalho, na Av. Cândido de Abreu, 200, 6º andar- CEP 80530-902, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Este prêmio do jornal Indústria e Comércio, de “O Homem do Ano do Paraná-2001”, para José Carlos Gomes de Carvalho, vem a demonstrar o reconhecimento do povo paranaense com esse profissional que tanto se destacou no nosso Estado. Destacou-se e continua a des-

tacar-se em vários setores da sociedade, pois é uma pessoa que emprega seu espírito solidário visando um futuro melhor para todos os paranaenses.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 919

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos a Aníbal Tacla, superintendente do Shopping Crystal, pelo 6º evento Crystal Fashion, a ser realizado nos dias 22 a 27 de abril.

Outrossim, requer comunicação do feito ao senhor Aníbal Tacla, na Rua Comendador Araújo, 731, Piso L4, Centro- CEP 80420-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O evento movido pelo senhor Aníbal Tacla está hoje em dia entre os maiores da moda no Brasil. Atualmente o evento conta com modelos brasileiros consagrados no mundo inteiro. Além de gerar inúmeros empregos diretos e indiretos, coloca Curitiba no eixo da moda brasileira, pois, afirma-se em jornais e revistas que este é o maior evento da moda do Sul do País. O espírito empreendedor de Aníbal Tacla ajuda em muito no progresso de nosso Estado, com eventos assim, que além de impulsionar a economia paranaense melhora a imagem do Estado do Paraná, no Brasil.

Esperamos a continuação dessa trajetória de progresso e bons serviços prestados à comunidade.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 920

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao senhor George Ermakoff presidente da Companhia Aérea Rio Sul e a todos os seus diretores pelo novo horário do voo entre as cidades de Maringá e Curitiba.

Outrossim, requer comunicação do feito ao presidente, senhor George Ermakoff e diretores da Companhia Aérea Rio Sul, na Av. Rio Branco, 85, Centro- CEP 20040-004- Rio de Janeiro-RJ.

Sala das Sessões, em 23.04.2002

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Companhia Aérea Rio Sul, através desse novo horário de voo entre as cidades de Maringá e Curitiba, demonstrou a sua preocupação com o povo paranaense. Esse novo horário agrada à maioria dos maringenses e dos moradores da região e, além disso dinamiza a economia paranaense permitindo um maior fluxo de passageiros entre o interior e a capital.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 912

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja enviado ao senhor secretário de Estado do Meio Ambiente, José Antônio Andreguetto, ao secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo, Dr. Miguel Salomão, e ao presidente do Iapar, Dr. Floriano Dalberto, expediente solicitando as melhores providências no sentido de se equacionar a situação dos trabalhadores que se encontram no Parque Nacional de Vila Velha (Ponta Grossa).

O Iapar, em 1964, precisando instalar uma unidade de beneficiamento de sementes naquele local, construiu um conjunto de casas para abrigar os trabalhadores que desempenhariam as funções junto ao local.

Hoje são 26 famílias que ali residem. Entretanto, o Plano de Revitalização de Vila Velha prevê a retirada de todas as famílias, com a justificativa de se diminuir o impacto ambiental na área.

Assim, face à justificativa torna-se necessário realocar as famílias.

Requer-se, assim, que o Estado, através de seus órgãos próprios, não retirem simplesmente as famílias do local, mas que se encontre uma solução mais adequada, como a de realocá-los para lugar em que possam desenvolver suas atividades, mantendo seus filhos e as famílias.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 914

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, expediente à Secretaria do Estado dos Transportes, solicitando que interceda junto à Rodovia das Cataratas para que a duplicação da BR-277 nos perímetros urbanos atendam os interesses das comunidades locais.

Em atenção às reivindicações contidas no Ofício nº 04/2002 da Adicisti - Associação de Defesa dos Interesses dos Cidadãos de Santa Terezinha de Itaipu.

Quanto à duplicação da BR-277, no qual descrevem a importância da duplicação para a população, quanto ao perímetro urbano, posto que atinge a totalidade dos municípios de forma definitiva, neste aspecto, e que apesar da relevância do assunto, a mesma não vem se sentindo inserida nos estudos e discussões prévias do projeto a ser implementado para a duplicação da referida rodovia, e que desde dezembro de 2001 a comunidade, através da Câmara de Vereadores, Associações Municipais, vem tentando obter detalhes do projeto em andamento junto à concessionária e a prefeitura sem lograr êxito, obtendo apenas informações parciais e oficiosas, denotando total falta de transparência na condução desse projeto.

Solicitamos a V. Exa. que atenda as reivindicações da população, que não almeja nada mais que a segurança das pessoas que por ali transitam, pois, segundo apurações da Adicisti, salvo melhor e transparente apresentação do projeto pelos seus condutores, o mesmo está em desacordo com o plano, uso e ocupação do solo, aprovado em lei municipal no ano de 1999, além de não atender pressupostos básicos mínimos, tais como a previsão de travessia segura em desnível.

Haja vista que este parlamentar apresentou em 29 de março de 2001, requerimento solicitando cópia do projeto de duplicação da BR-277, entre Foz do Iguaçu e Cascavel, especialmente no tocante a travessias, cruzamentos, passarelas e trevos, até o presente instante não obteve resposta alguma.

A apresentação deste requerimento visa atender às reivindicações da população, haja vista a grande preocupação que sempre existiu na região, referente à segurança e tranquilidade dos pedestres.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo sob o título "Eu Me Acuso", do doutor em economia, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, presidente da ONG Missão Criança e ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 07 de abril de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Cristovam Buarque, através de correspondência a ser encaminhada à Fundação Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Departamento de Economia, Asa Norte, CEP: 70910-900 - Brasília-DF.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Sala das Comissões, em 23.04.2002.

(a) WALDYR PUGLIESI

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 235/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado uma unidade descentralizada da Agência de Fomento no município de Londrina.

Art. 2º - O chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Agência de Fomento foi criada em 1997 e conta com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, com o objetivo social de “apoiar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, a concessão de financiamento de capital fixo e de giro, associados a projetos no Estado, bem como outras modalidades operacionais e de prestação de garantias admitidas na legislação federal e nas normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil.”

Londrina é uma metrópole no Estado do Paraná. Recentemente realizou a maior feira agropecuária do Brasil, encontrando similar somente nos Estados Unidos.

O Projeto Cidade de Londrina foi a mais importante obra realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, e a história de ambas se confundem, sendo de sucesso, que vem desde os últimos anos da década de vinte. A fundação ordenada, planejada e bem executada da cidade de Londrina marcou o início da excepcional expansão econômica do Estado do Paraná.

Hoje Londrina tem aproximadamente 4,5 milhões de habitantes na sua área de influência. Na sua região metropolitana são 662.789 habitantes segundo dados do IBGE em 2000.

O centro urbano de Londrina possui 433.243 habitantes, na área rural 13.579, totalizando população de 446.822 habitantes.

Possui significativa população economicamente ativa, merecendo, portanto aporte de recursos, fomentando ainda mais o desenvolvimento daquela cidade e, conseqüentemente, este pujante Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 236/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dom Bosco, com sede e foro na cidade de Mariluz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede na Praça da Liberdade, s/n no município de Mariluz, no Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino Fundamental e Médio, cadastrada no CNPJ sob nº 79.866.661/0001-54, e é a aproximação mais íntima dos educandos - Pais e Mestres - para seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar

para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo da sociedade humana.

A APM do Colégio Estadual Dom Bosco, tem por finalidade: aproximar por todos os meios, professores, pais e responsáveis pelos alunos, cooperando na integração dos educandos ao meio social e na integração da escola e família na comunidade; apoiar campanhas levadas a efeito pela Secretaria da Educação e Cultura que visem o bem-estar da escola ou suas famílias; fomentar atividades curriculares como programas de alimentação escolar, cooperativas escolares, horta escolar; colaborar com a alimentação escolar; promover palestras, conferências, círculo de estudo, enfim, atividades que possibilitem a pais e mestres oportunidades de melhor se ilustrarem sobre a educação e assuntos afins.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 237/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, com sede e foro na cidade de Mariluz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sede na Rua Santa Catarina, s/n no município de Mariluz, no Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino Fundamental e Médio, cadastrada no CNPJ sob nº 80290679/0001-30, e é a aproximação mais íntima dos educandos - Pais e Mestres - para seu próprio aperfeiçoamento, a fim de mais eficientemente poderem trabalhar para a formação do educando, como ser ajustado, útil e produtivo da sociedade humana.

A APM do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, tem por finalidade: aproximar por todos os meios, professores, pais e responsáveis pelos alunos, cooperando na integração dos educandos ao meio social e na integração da escola e família na comunidade; apoiar campanhas levadas a efeito pela Secretaria da Educação e Cultura que visem o bem-estar da escola ou suas famílias; fomentar atividades curriculares como programas de alimentação escolar, cooperativas escolares, horta escolar; colaborar com a alimentação escolar; promover palestras, conferências, círculo de estudo, enfim, atividades que possibilitem a pais e mestres oportunidades de melhor se ilustrarem sobre a educação e assuntos afins.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 238/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Nas rodovias estaduais fica autorizado o Poder Executivo a conceder isenção da cobrança de pedágio no transporte da produção agrícola, bem como, no transporte de produtos que fazem parte do custeio agrícola, tais como:

- I - adubos,
- II - fertilizantes.
- III - calcários,
- IV - defensivos e outros.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A medida em questão visa proporcionar melhores condições aos agricultores e maior competitividade aos nossos produtos agrícolas. Embora o Estado do Paraná esteja se desenvolvendo na área industrial, tradicionalmente é o nosso Estado agrícola, sendo a agricultura sua maior riqueza.

Outrossim, essa mesma medida em muito beneficiaria o consumidor final destes produtos, já que havendo diminuição de custos, toda a cadeia agrícola, desde o produtor até o varejo podem reduzir os preços de seus produtos, no que a população paranaense será a maior beneficiada na redução do preço final destes produtos. Esta medida gerará fomento na área agrícola de nosso Estado.

Assim sendo, pelos motivos acima expostos, esperamos poder contar com o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis para a aprovação do projeto de lei em questão.

PROJETO DE LEI Nº 239/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Antonio de Jesus Rorato.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.04.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em epígrafe destina-se a prestar uma justa e merecida homenagem para um cidadão

exemplar, cujas lições de vida e administrativas, devem ser observadas por tantos quantos militam nas áreas públicas ou privadas, conforme descrito na presente justificativa. Ao propor essa outorga de Cidadania Honorária, entendemos como o escritor Howard Newton que “as pessoas esquecerão quão rápido você fez um trabalho, mas sempre lembrarão quão bem você o fez”, como é o caso do nosso homenageado.

No uso das atribuições legislativas, destaco que a concessão honorífica enquadra-se nos dispositivos legais elencados através da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a concessão dos títulos de cidadania honorária, considerando que o ilustre cidadão em epígrafe, é uma pessoa que nos termos do diploma legal aplicável, é uma pessoa que tem prestado relevante serviço ao Estado do Paraná, satisfazendo plenamente os requisitos dos incisos I, IV e V, de onde se depreendem o exercício com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada; ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis, além de ter a sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições e da cidadania.

Destaco para conhecimento dessa egrégia Casa de Leis, que o topônimo Araruna, origina-se da língua tupi-guarani, “arara”... ave-una...preto, negro; Arara com plumagem azul escuro e brilhante, parecendo preta. Esta denominação foi dada por Sady Silva, que era funcionário da Inspetoria de Terras e Colonização do Estado do Paraná na época da colonização da localidade.

Segundo o historiador João Carlos Vicente Ferreira, o território do atual município de Araruna foi alvo de inúmeras incursões espanholas logo após o descobrimento do Brasil, pois foi a partir desse período que padres jesuítas fundaram e mantiveram por longo período, as notórias “reduções”. Um trecho de onde hoje se localiza a sede municipal de Araruna, fazia parte do histórico Caminho de Peabiru, via pré-colombiana, conhecida por povos indígenas que o cruzavam permanentemente há centenas de anos.

Pela Lei nº 613, de 27 de janeiro de 1951, Araruna foi elevada à categoria de Distrito Administrativo, e em 26 de novembro de 1954 foi transformado em município autônomo, através da Lei Estadual nº 253, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto. A instalação oficial ocorreu no dia 29 de novembro de 1955.

Pertencente à Comarca de Peabiru, com extensão territorial de 492.209 km², distante da Capital a 476 km; senhor presidente, demais membros desse atuante parlamento estadual; é de Araruna a distinção honorífica que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e o Poder Executivo, através da sanção do governador Jaime Lerner, concedem a um cidadão paulista de nascimento, paranaense de coração e ararunense de corpo e alma.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

O deputado Neivo Beraldin vai usar o Pequeno e o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só para informar o nobre deputado Nereu Moura e os demais parlamentares, na semana passada foi aprovado um requerimento do deputado Orlando Pessuti, que transformava hoje a Sessão, numa Sessão Extraordinária, especial em homenagem ao setor cooperativista do Estado do Paraná.

Então, faço um apelo aos senhores parlamentares, porque a Sessão está marcada para às 15:00 horas, que deixem de usar o Pequeno Expediente, o Grande Expediente e o Horário das Lideranças, para que possamos cumprir aquilo que foi aprovado no requerimento apresentado pelo deputado Orlando Pessuti.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

V. Exa. tem razão, realmente foi aprovado na semana passada esta homenagem, a um setor importante da nossa economia.

Por isso, deputado Neivo, esse assunto que V. Exa. vai abordar, não pode ser tão abordado tão rapidamente. Acho que temos que transferi-lo para amanhã, para que possamos nos aprofundar nessa questão que V. Exa. vai colocar aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Faria um apelo ao deputado Neivo Beraldin, que ficasse inscrito para o Grande Expediente de amanhã.

Então dentro do entendimento com todos os senhores parlamentares, entramos na Ordem do Dia.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, apenas atendendo inclusive a solicitação do deputado Caíto Quintana que é relator de alguns projetos que determinam a mudança da Constituição, gostaria de encarecer a V. Exa., para que coloque na Ordem do Dia de amanhã ou mesmo numa Sessão Extraordinária, especialmente àquele projeto que determina o fim da imunidade parlamentar ou a mudança da Constituição do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Podemos marcar, se o nobre deputado Caíto Quintana, estiver com a matéria em condições de ser analisada.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Nelson Garcia, constantes do expedi-

ente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademar Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, no Rio Jaguariaíva, no município do mesmo nome. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. EMENDA DA CEMA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que inclui no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus, da rede pública estadual de ensino, a matéria de orçamento público. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CO. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, instituir o atendimento médico homeopático, em toda a rede pública de saúde do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que institui o "Dia Estadual da Cultura e da Paz" no Estado do Paraná e adota como símbolo a bandeira da paz. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 642/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que institui a Semana Estadual de Prevenção de Combate ao Câncer. COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 664/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre a criação do serviço de acupuntura e homeopatia nas unidades de saúde e hospitais mantidos pelo poder público ou a ele conveniados e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CE e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 691/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que inclui o município de Sertãozinho na Região Metropolitana de Londrina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada a Emenda Substitutiva Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2002, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que institui o prêmio do Mérito-Universitário Paranaense e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovada a emenda Substitutiva Geral da CCJ.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 579/2001, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio - AEP, com sede e foro no município de Primeiro de Maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 163/2001, de 06/11/2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 579/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Estudantes de Primeiro de Maio - AEP, no município de Primeiro de Maio.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL PROJETO DE LEI Nº 579/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Estudantes de Primeiro de Maio, com sede e foro no município de Primeiro de Maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense dos Portadores de Esclerose Múltipla - Alpem - Londrina e região, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2002, de 19/02/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 010/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Londrinense dos Portadores de Esclerose Múltipla - Alpem - Londrina e região, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São José da Boa Vista, com sede e foro nesta cidade. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20/02/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 034/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de São José da Boa Vista.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 034/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de São José da Boa Vista.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública o Nasa - Núcleo de Ação Solidária à AIDS, do município de Foz do Iguaçu, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 003/2002, de 20/02/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 035/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Chico Noroeste, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Nasa - Núcleo de Ação Solidária à AIDS do município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 035/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Nasa - Núcleo de Ação Solidária à AIDS, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/2002, de autoria do deputado Chico Noroeste, que declara de Utilidade Pública a Casa de Recuperação e Apoio à Criança e Adolescente Mão Amiga, do município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2002, de 19/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 126/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Chico Noroeste, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa de Recuperação e Apoio à Criança e ao Adolescente Mão Amiga do município de Foz do Iguaçu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 126/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa de Recuperação e Apoio à Criança e ao Adolescente Mão Amiga, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Produtores do Santo Rei - Aprosrei, com sede no município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 024/2002, de 20/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 135/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores do Santo Rei, com sede e foro no município de Nova Cantu.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 135/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores do Santo Rei, com sede no município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 151/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Santa Luzia, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 151/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Associação de Moradores e Agricultores Santa Luzia, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 153/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Esportiva, Recreativa e Cultural Santa Terezinha, com sede e foro no município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 153/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Santa Terezinha, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Casa Mais Vida, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/2002, de 26/03/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 154/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Casa Mais Vida, com sede e foro no município de Francisco Beltrão.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar

de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.04.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. ELI GHELLERE (Pela Ordem)

Senhor presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa, no dia de hoje, a presença dos vereadores de Serranópolis do Iguaçu, Milton Conik, Paulo Augusto Gaiviski, Hilário Felder, Milton Pommer e o secretário da Câmara, Cleocir D'Albosck. E também em nome do deputado Ademir Bier.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, aqui está o Sindicato dos Transportadores de Veículos e Containers do Estado do Paraná, passando uma carta aberta aos deputados, visto que a Polícia Militar está desde sexta-feira com um grande volume de carros e policiamento na Renault, aonde aqueles cegonheiros que têm e que tinham, ao longo do tempo, autorização para transportar veículos, hoje se vêem jogados para fora, numa situação terrível na frente da Renault, e o Governo do Estado, enquanto não tem policiamento para atender os assaltos, dá prioridade para colocar um grande contingente da Polícia Militar em frente à Renault, contra os caminhoneiros que pagaram caro para comprar as "cegonhas" que transportam os automóveis, para ver um verdadeiro monopólio do setor de transporte de veículos do país.

O Ministério Público Federal do Paraná e o Ministério Público Estadual do Paraná vão à frente da Renault para poder conhecer o abuso que está sendo feito, exatamente pelo Governo e pelos grandes monopólios.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 889, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Mesa defere e fará verificação de votação.

Vinte senhores deputados aprovam o requerimento. Dezesete senhores deputados rejeitam o requerimento. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, no dia de hoje os funcionários da área da educação, funcionários da área administrativa, pais e estudantes estão se manifestando em frente à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Palácio Iguaçu. Reivindicam uma reunião com o governador do

Estado para tratar da defasagem salarial dos servidores do Estado do Paraná.

Até recentemente, pela manhã, estivemos conversando com o presidente da Assembléia, eu e o deputado Nereu, representantes da Câmara dos Vereadores e outros deputados, solicitando para que V. Exa. intermediasse junto à Casa Civil do Governo do Estado uma audiência com uma comissão de representantes da APP.

Gostaria que V. Exa. intensificasse os apelos, junto ao governo do Estado, para que uma comissão de pais e professores pudesse, junto à Casa Civil, começar um processo de negociação no que diz respeito às reivindicações da classe.

Mais ainda, senhor presidente, o governador do Estado foi ontem à televisão. Hoje os jornais confirmam que ele teria enviado à Assembléia um projeto de lei que trata do plano de cargos e salários dos servidores do Poder Executivo.

A pergunta que faço: esse plano já deu entrada na Casa?

Nós gostaríamos de obter cópia para poder analisar e estudar a matéria enviada pelo Poder Executivo porque se trata, como o governador anunciou, de reajuste, e um plano de cargos e salários, reformulando as funções do Poder Executivo.

Então, é uma matéria complexa. Quanto mais rápido for enviada aos deputados, melhor a Comissão de Educação e o conjunto da Assembléia poderão analisar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo a V. Exa. e aos parlamentares presentes: a Assembléia ainda não recebeu a mensagem do Poder Executivo; estamos aguardando. Chegando, imediatamente farei distribuir cópias.

Requerimentos nºs 902 e 903, de autoria do deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 908, de autoria do deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 910, de autoria do deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 911, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 912, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 913 e 916, de autoria do deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 914, de autoria do deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 917, de autoria do deputado Aedmar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 918 a 920, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 894, do deputado José Maria Ferreira constante do expediente de sessão anterior. Requer envio de expediente à Secretaria da Fazenda, solicitando informações quanto à dívida que o Tesouro do Estado tem junto ao Banco Itaú. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, solicito chamada nominal e verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)
(**Procede à chamada nominal**).

Vinte e quatro deputados responderam, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há número para deliberação só para continuação da Sessão.

Os requerimentos que seriam votados hoje ficarão para a Sessão de amanhã.

Convido os senhores parlamentares para assistirmos essa Sessão Especial sobre o cooperativismo paranaense, as ações do cooperativismo que tanto se desenvolveu nesses últimos anos aqui no Paraná.

Além disso, queremos marcar para o dia 30 do corrente mês a audiência Pública da Secretaria da Saúde, às 10h00 no plenarinho.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Apenas na tentativa de encaminhar um diálogo com o Governo do Estado. Agora há pouco mantive um contato com o professor Romeu da APP - Sindicato. Há uma exigência do Palácio para que fosse retirado o caminhão.

A proposta é, se pudéssemos fazer uma comissão de 4 ou 5 parlamentares e nos dirigirmos à frente do Palácio, dialogar com o Governo para receber os professores, eles retirariam o caminhão e manteriam a conversa com o governo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Temos a Comissão de Educação da Casa. Podemos solicitar à Comissão para que fizesse essa mediação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Gostaria de justificar o meu atraso no plenário. Não é costume da minha parte, mas estava sentado no banco do réu, no Tribunal de Justiça, defendendo a liberdade de imprensa, que lamentavelmente não foi bem compreendida pelos senhores julgadores.

Abre-se uma brecha a partir de hoje para que nós, jornalistas, não possamos mais tecer críticas sob pena de estarmos condenados.

Vou tentar recorrer a Brasília, porque não posso me conformar com a decisão que aconteceu hoje no Tribunal de Justiça, condenado que fui ao pagamento de 20 mil reais para a juíza que se sentiu ofendida.

O problema maior não é o pagamento monetário, mas o perigo que corre a imprensa, quando vivemos o momento de democracia, quando nós, homens de imprensa, não podemos mais tecer comentários, críticas de uma decisão desta Assembléia, do Poder Judiciário, de quem quer que seja.

Mas, de cabeça erguida, continuarei ainda na minha luta para sair vencedor dessa parada. Vou a Brasília, não na defesa deste jornalista, mas de toda imprensa do Paraná, porque a prevalecer a condenação que sofri, hoje, no Tribunal de Justiça, a partir deste momento abre-se uma jurisprudência e outros companheiros jornalistas vão acabar sendo condenados em função da decisão tomada hoje pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o qual respeito, mas, infelizmente, a decisão não foi aquela que aguardávamos.

De qualquer maneira, vamos ainda a Brasília recorrer dessa decisão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Só queria dizer aos senhores deputados que ontem, estarecido, o jornalista Bóris Casoy, da Rede Record de Televisão, sofreu um processo de cinco milhões de reais, de um preso da quadrilha do “Lalau”. É isso mesmo, do “Lalau” que roubou o TRT.

O Bóris Casoy entrou com um *habeas-corpus*; o Tribunal parou.

Ontem à tarde o “Lalau”, o gatuno que roubou bilhões da merenda, de casas, de tantas coisas que poderiam ser feitas neste país, entrou com um processo contra o Bóris Casoy de cinco milhões de reais.

O Bóris Casoy, com os seus advogados, está entrando...Aí o Bóris ainda falou: “Quero dizer ao ladrão, ao bandido, ao canalha, ao cafajeste, que ele é ladrão”! E hoje, os advogados entrariam com um *habeas-corpus*.

Eu digo aos senhores: tenho cinco processos correndo, como tem o Algaci Tulio. Nenhum por corrupção, graças a Cristo, graças aos meus netos, porque senão, não poderia olhar para a minha família.

Graças a Cristo, posso cumprimentar todos os senhores, olhar nos olhos e ter a amizade que tenho com os senhores.

Agora, os processos que tenho é por opinião! Todos eles, cinco milhões de reais! Um deles: uma quadrilha de Londrina que vendia “quiri” e não entregava. Foi montada uma associação em Brasília com seis mil lesados, deputado Marcos Isfer. O “cara” quer cinco milhões porque a Folha de Londrina noticiou, o idiota aqui leu a matéria, que foi montado lá, o Mauro Miller lá

em Londrina que montou o negócio do “quiri” e são seis, você sabe José Maria, foi o maior golpe do Paraná. Montaram uma associação em Brasília com seis mil lesados e ele está querendo cinco milhões porque eu li o que saiu na Folha de Londrina; o segundo processo: um coronel da Polícia Militar do governo atual, eu fiz uma crítica a ele dizendo que ele era medíocre. Medíocre no dicionário Aurélio quer dizer: “Nem bom, nem mau”. O homem entrou com cinco milhões contra mim.

O ex-delegado de Londrina, eu disse que ele era medíocre, não era nem bom, nem mau, mais cinco milhões contra mim.

O senador Roberto Requião, não tenho nada contra ele, muito pelo contrário, o respeito como ser humano, posso ter minhas divergências políticas como tenho com todos eles; como meu filho votou para o Vanhoni e não adianta eu dizer o contrário, ué, vou mentir, o Vanhoni sabe que se passar na frente do quartel está lá o “Chevara”, do PP, não sei de quem e todo mundo lá e o moleque é apaixonado pelo Vanhoni. Para deputado estadual, eu falei: “se você votar nele vou ter dar uma surra que você não levanta mais”, e se deixar é perigoso ainda chegar lá e digitar o número do Vanhoni, que é meu particular amigo; adoro o Vanhoni e convivo com o Vanhoni.

Agora, o Requião também quer cinco milhões, porque eu disse que ele é nem bom, nem ruim, entendeu? Então, prefiro ser processado por opinião, mas se for para cinco milhões, aí vou ter que renunciar o mandato e tirar o time, vou ter que me esconder. Onde vou arranjar essa grana? São vinte milhões! O juiz não vai dar cinco milhões, como deu vinte mil reais para ele, vai abaixar também. Vamos ver se para mim pago um “cinquinho”. A gente quebra o galho, tudo resolve, tudo legal, tudo bem”.

Então, só queria dizer aos senhores, que a imunidade tem que acabar para a corrupção; para o ladrão; para o bandido. É como ontem, o Garotinho tentou “tirar um sarro” no Lula. Que o Lula teria ido apoiar, não sei falar francês, o Jospan. O Garotinho vai na televisão e diz o seguinte, Vanhoni: Porque a esquerda só promete, porque a esquerda faz, porque a esquerda promete e não cumpre, e a direita pelo menos não promete e faz.

Aí o Bóris Casoy virou para ele e falou: “Senhor Garotinho, o Jospan tentou quatro vezes e pelo menos foi para o 2º turno. Agora, o Lula está tentando 4 vezes, e poderá ser o Presidente da República”.

O Garotinho diz que vai processar ele também por cinco milhões, por ter gozado com a cara dele. Então, não sei o que acontece neste país! Não sei! Quando defendo o Parlamento aqui na televisão, todo mundo: “É você é um idiota, você não sei o quê”.

Eu defendo esse Parlamento! Defendo a deputada Luciana, defendo o Augustinho, defendo o jovem radialista Renato Gaúcho, defendo a Serafina que foi injuriada em Maringá, defendo todos os parlamentares. Digo que este Parlamento é sério, produtivo, trabalha, é um exemplo de dignidade para o Brasil.

Então, se cuidem! Até você Renato! Se falar alguma coisa de alguém, eles querem processar! Essa é a verdade.

Um abraço, obrigado!

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para notificar a presença, nesta Casa de Leis, dos vereadores Toni, Cláudio Nazari e Raul Chaves, de Guaratuba.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais desta Casa.

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, comunicando aos senhores deputados que dentro de dez minutos será iniciada a Sessão Especial com o setor produtivo do Estado do Paraná, cooperativas e a Federação da Agricultura do Estado do Paraná-FAEP.

Marco uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 113/99, 293/2000, 701/2001, 136, 137/2002 e do Projeto de Resolução nº 006/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 513/2001; do Projeto de Lei Complementar nº 691/2001, e do Projeto de Lei nº 002/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 579, 010, 034, 035, 126, 135, 151, 153 e 154/2002.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária para logo após ao término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 017, 018, 021, 023 e 035/2002.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO WALDYR PUGLIESI EM SESSÃO DO DIA 23 DE ABRIL DE 2002.

“Eu me Acuso”

Cristovam Buarque

Em 1998 fui condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal porque as placas de obras do

meu governo tinham marcas dos nossos programas. Eram eles “Brasília Legal, contra a ocupação irregular e a doação populista de terra pública, e “Saúde em Casa”, que levava médico e agentes de saúde para perto de praticamente toda a população carente do Distrito Federal. Todas tinham a marca do Governo Democrático Popular. O TRE considerou que isso era promoção pessoal.

Eu me acuso de ter usado essas marcas. Apesar de ter tido o cuidado até mesmo de proibir o uso de minhas fotos nas repartições públicas, como é tradicional, eu autorizei o uso dessas marcas dos programas. Ao mesmo tempo que me acuso, eu protesto. O TRE do Distrito Federal me tratou como um cidadão de segunda classe em comparação com aqueles que eram governadores ou presidente no Brasil naquele ano. Todos usaram e ainda usam suas marcas sem que isso seja considerado promoção pessoal.

O atual governo do Distrito Federal pintou os muros das repartições públicas, mudou a cor do banco do Estado, pintou até Papai Noel e pombos da paz em azul, a cor da campanha do governador. Mas no DF ele pode, lá tem duas leis. O governador chegou ao ponto de anunciar que seus eleitores ficassem tranquilos porque os desembargadores do Distrito Federal rasgariam os processos que chegassem lá contra ele.

Eu me acuso de ter protestado na época da decisão do TRE. Acuso-me de, em vez de ficar calado, ter lembrado ao povo que cumpriria a decisão, mas a considerava absurda, e de ter lembrado que o presidente do TRE, que devia ser o juiz imparcial do processo eleitoral, assumiu fazendo discurso político com nítida opção partidária contra mim.

Apesar de meu protesto, eu não me acuso de ter desobedecido à determinação. As placas foram cobertas. Eu me acuso, entretanto, de não ter conseguido fazer cobrir absolutamente todas as milhares de placas, e ao deixar meia dúzia delas esquecidas no meio do cerrado do Planalto Central, ter dado argumento para uma segunda condenação, por desobediência.

Além da inelegibilidade nas eleições deste ano, a pena contempla também a prisão por três meses e uma multa de R\$300. Estou impedido pelo TRE de disputar uma eleição para a qual o meu partido me escolheu, por uma desobediência, que não cometi, a uma ordem arbitrária dada pelo TRE e que nem tramitou em julgado ainda. O que aconteceria com o sistema judicial eleitoral brasileiro se eu me recusasse a apelar ao Tribunal Superior Eleitoral por causa da suposta desobediência, fosse preso, pagasse a multa, ficasse impedido de disputar a eleição e, depois o TSE julgasse improcedente a decisão preliminar do TRE determinando a cobertura das placas? Eu teria sido punido duramente por desobediência a uma ordem sem cobertura legal.

Eu me acuso de não ter ficado calado, como fui recomendado por advogados e amigos, por ter denunciado esse fato como uma perseguição de alguns membros do TRE do Distrito Federal contaminados nas ligações

promíscuas com o ex-senador cassado e com o atual governador.

Mas eu entrei na política para ajudar o povo brasileiro a levantar a cabeça e conquistar a Justiça, não para baixar a minha ao que há de arbitrário no Poder Judiciário. Ao escrever isso, estou outra vez desatendendo a todos os conselhos de assessores e advogados.

Eu me acuso, portanto, de não ter mantido a discussão dentro dos fóruns e do bom comportamento submisso, porque o julgamento ao qual estou submetido é político, não é jurídico. Eu me acuso de ter contestado a humilhação oferecida para transformar a pena de prisão em serviço comunitário, dizendo que, se condenado em última instância, cumprirei a pena de prisão. Acuso-me de contestar esse instrumento de uma Justiça que despreza de tal forma os excluídos brasileiros que usa crianças, velhos, como objetos para criminosos cumprirem suas penas.

Que Justiça é essa que, no lugar da cadeia, coloca criminosos para atender crianças em creches e velhos em abrigos de pobres? Eu me acuso de estar defendendo minha dignidade ao não deixar transformar em pena o que faço por solidariedade. Não vejo em um Tribunal de Justiça o direito de me humilhar, ao me condenar a fazer por pena o que eu faço por opção e solidariedade.

Eu me acuso de ter dito publicamente esta frase anterior. Acuso-me de, com posições como esta, estar ameaçando o sonho de milhares de brasilienses que acreditam nas minhas propostas, que desejam minha cara como a sua no Senado Federal.

Ao denunciar em vez de conciliar, acuso-me de poder estar jogando, devido ao corporativismo, a imensa maioria de juízes e juízas decentes de nosso país nos braços dos outros poucos. Acuso-me de, ao assim fazer, com consciência do que faço, correr o risco de ver cassada a possibilidade de ajudar o Brasil de uma maneira mais intensa, graças a um mandato parlamentar.

Mas eu preciso agir assim, para não me acusar de omissão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 07ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Ademar Traiano, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Duílio Genari, Algaci Tulio, Marcos Isfer e mais o deputado Fernando Guimarães. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 193/2002 de autoria do Poder Execu-

tivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães, lido pelo deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 196/2002 de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 169/2002 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães, lido pelo deputado Ademar Traiano - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 481/2001 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães, lido pelo deputado Ademar Traiano - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 579/2001 de autoria do deputado Moysés Leônidas. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 126/2002 de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 035/2002 de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 135/2002 de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 010/2002 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 034/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 151/2002 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 154/2001 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 153/2002 de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 174/2002 de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do deputado Carlos Simões - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 114/2002 de autoria do deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 107/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁ-

VEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 106/2002 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 086/2002 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 158/2002 de autoria do deputado Algaci Tulio. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Ademar Traiano; 20) Projeto de Lei nº 124/2002 de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati na forma da emenda anexa - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 121/2001 de autoria do deputado Tony Garcia. CONCEDIDO VISTAS à deputada Serafina Carrilho; 22) Projeto de Lei nº 675/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 160/2002 de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Marcos Isfer; 24) Projeto de Lei nº 674/2001 de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 483/2001 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer, com voto contrário do deputado Antonio Carlos Belinati; 26) Projeto de Lei nº 073/2002 de autoria do deputado Fernando Guimarães. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 149/2002 de autoria do deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti, lido pelo deputado Fernando Guimarães - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 194/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 205/2002 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária